



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



DECLARAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 96/2026/SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1466/2026.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, desinsetização, desratização, descupinização, controle e desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de forros, limpeza de fossas sépticas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

DECLARAMOS E ESCLARECEMOS QUE,

Todas as bases de preço, orçamento, valores prévios e cálculos de média e Termo de Referência são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou, não cabendo assim qualquer responsabilidade desse Setor de Licitações, bem como do Pregoeiro abaixo mencionado.

Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou (conforme **00604/26**) não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

A divisão/separação dos lotes da mesma forma, foi efetuada pelo setor de compras da **Secretaria Municipal de Educação - SEMED** não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

O Tipo da Licitação (MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM) foi definido pela **Secretaria Municipal de Educação - SEMED**, conforme se extrai do **Processo Administrativo nº 1466/2026**.

Chupinguaia-RO, 30 de julho de 2026.

SINDOVAL GONÇALVES

Pregoeiro



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 96/2026/SRP

MODO DE DISPUTA ABERTO

EXCLUSIVO MEI, ME e EPP

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Agente de Contratação, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico** sob o nº **96/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, EXCLUSIVO** para MEI, ME e EPP. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 1466/2026.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, desinsetização, desratização, descupinização, controle e desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de forros, limpeza de fossas sépticas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

DA SESSÃO

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 30 de julho de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 17 de agosto de 2026.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, ao Setor de Licitações, sito AVENIDA 27, 1133, CENTRO – CHUPINGUAIA – RO. Pregoeiro: SINDOVAL GONÇALVES. Fone/Fax: (69) 3346-1460 e cplmochupinguaia@hotmail.com.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado.

Chupinguaia – RO, 30 de julho de 2026



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2026/SRP.

EXCLUSIVO MEI, ME e EPP

**C
P
L
M
O**

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3346-1460.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2026/SRP.
EXCLUSIVO MEI, ME e EPP

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS Nº 1466/2026.

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A **Prefeitura de Chupinguaia**, através do seu Pregoeiro, designado por força das disposições contidas no Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que se encontra instaurada a licitação, sob a modalidade de **Pregão Eletrônico sob o nº 96/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM, EXCLUSIVO** para MEI, ME e EPP. O procedimento licitatório obedecerá, integralmente, regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/21, Decreto Federal nº 8.538 de 06 de outubro de 2015, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024 e demais legislações municipais pertinentes e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações dada pela Lei Complementar 147, de 07 de Agosto de 2014 e alterações.

1.1.1. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.2. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico; www.licitanet.com.br;

1.1.3. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

DA SESSÃO

INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS: 08:00 horas do dia 30 de julho de 2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09:00 horas do dia 17 de agosto de 2026.

LOCAL: www.licitanet.com.br "Acesso Identificado no link – licitações públicas". Para todas as referências de tempo **será observado o horário de Brasília (DF).**

1.1.3.1. Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do Pregoeiro aos licitantes;

1.1.3.2. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do Processo Administrativo Nº **1466/2026**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

2. DO OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, desinsetização, desratização, descupinização, controle e desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de forros, limpeza de fossas sépticas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED

2.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico e as especificações constantes no **TERMO DE REFERÊNCIA** deste Edital, prevalecerão às últimas;

2.2. DA EXECUÇÃO: Conforme estabelecido I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta, analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno. (Art. 18, inciso II):

Conforme o descrito nos itens 08, 09, 10 e 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital

2.3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO (art. 84):

O prazo de vigência do contrato será realizado de acordo com as necessidades da demandante.

2.4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Os registros de preços no âmbito do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia encontram-se regulamentados pelo Decreto Municipal nº 2736 de 16 de janeiro de 2024.

2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, fixado no art. 84, da Lei nº 14.133/21.

2.1 - No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos, até o limite do quantitativo original, ainda deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo, conforme enunciado CJF 42/2023.

3. Será permitido o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/21, desde que obedecida as previsões legais do **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 e suas alterações.**

4. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.

4.1. O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e aos Órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos não participantes que aderirem.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



2.5 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES (IN 6, DE 25 DE JULHO DE 2014 E ART. 27 DEC. 11.462/23).

a) Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, em conformidade com a IN. 06/2014 e no Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023 e suas alterações, desde que obedecidas a prerrogativas legais dos Referidos Instrumentos Legais.

3 – ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS QUE TERÃO DE SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS.

3.1. As dúvidas decorrentes da interpretação deste Edital e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, deverão ser formuladas e anexadas no sistema www.licitanet.com.br, (devendo mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo). Com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, para os pedidos de esclarecimentos, e 03 (três) dias úteis, para os pedidos de impugnação, antes da data fixada para a sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO, citada no Preâmbulo deste Edital.

3.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

3.3. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontarem falhas ou irregularidades ou não o fizer no prazo estipulado.

3.4. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de **adendos modificadores ou notas de esclarecimentos**, enviado no site oficial da licitação www.licitanet.com.br.

3.3.1. **ADENDO MODIFICADOR** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que impliquem em alteração na formulação das propostas, sendo neste caso, publicado Aviso de Prorrogação da Sessão de Abertura, com o prazo original, devidamente estabelecido no art. 55, § 1º da Lei Federal nº. 14.133/21 e art. 22, do Decreto Federal nº. 10.024/2019, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão;

3.3.2. **NOTA DE ESCLARECIMENTO** é o documento emitido pela Administração, contendo informações que não causem alteração na formulação das propostas;

3.4. Os esclarecimentos de dúvidas a respeito de condições do edital e de outros assuntos relacionados a presente licitação, somente serão aceitos os que forem formulados no sistema, como serão divulgados através de publicação de Adendo Modificador ou Nota de Esclarecimento no site oficial da licitação www.licitanet.com.br. Como também as solicitações de impugnações.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. A participar nesta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, implica a aceitação, plena e irrevogável das normas constantes no presente Edital e dos seus anexos;

4.2. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO, o licitante deverá manifestar no Anexo II - Descrição Detalhada do Objeto, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



4.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais.

4.3. Poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, legalmente constituídas que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto a documentação, conforme LC 123/06 e alterações dada pela LC 147/14.

4.4. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

4.5. Será concedida prioridade de contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local até o limite de dez por cento do melhor preço válido apresentado pelas empresas não local, em situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local sejam superiores ao menor preço;

4.6. Na hipótese da não contratação da microempresa empresas ou pequeno porte sediadas local, a prioridade passa para as empresas das regionais, conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024 até o limite de dez por cento do melhor preço válido em situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas regionais de Chupinguaia – RO sejam superiores ao menor preço das empresas remanescentes que porventura se enquadrem como ME ou EPP fora da região de Chupinguaia em ordem classificatória;

4.7. Entende-se por local as empresas MEI's, ME ou EPP's, sediadas no Município de Chupinguaia – RO;

4.8. Entende-se Regional as empresas sediadas nas proximidades de Chupinguaia – RO, conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024;

4.9. O objeto será adjudicado a favor da microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local quando a proposta estiver no limite de até 10% (dez por cento) do melhor preço válido das demais empresas;

4.10. Na hipótese da não adjudicação do objeto às microempresas ou a empresa de pequeno porte sediada local, a prioridade passa para a empresa mais próxima no que se considera regional, conforme o Decreto Municipal nº 2700/2024, considerando o limite de até 10% (dez por cento);

4.11. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem como ME ou EPP fora das Microrregiões de Chupinguaia – RO em ordem classificatória.

4.12. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [Art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

4.13. Não poderão participar desta modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

4.13.1. Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

4.13.2. Que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

4.13.3. Que estejam constituídas sob a forma de Consórcio;

4.13.4. Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, na esfera Federal, Estadual



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial, pelo órgão que a praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

4.13.5. Estrangeiras que não funcionem no País;

4.13.6. Que tenham sido consideradas inidôneas por quaisquer órgãos governamentais, autárquicos, funcionais ou de economia mista;

4.14. A participação nesta Licitação, importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recurso. A não observância destas condições ensejará na sumária desclassificação da proponente.

5 – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO.

5.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública via internet;

5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.licitanet.com.br;

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal, única e exclusiva do licitante ou de seu representante legal, e na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes em qualquer PREGÃO na forma ELETRÔNICA;

5.3.1. Apresentar juntamente com o exigido **no item 11.8** deste Edital, a procuração e a cédula de identidade do representante legal credenciado para o acesso ao sistema Eletrônico no site www.licitanet.com.br;

5.3.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário o credenciamento, através da apresentação da cópia de sua cédula de identidade e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame. Se a outorga se der por instrumento particular (**com firma reconhecida em Cartório**), esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa;

5.3.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário, este deverá apresentar cópia de sua cédula de identidade e cópia do ato de constituição da empresa ou ato de investidura que habilitem como representante, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

5.3.4. **Apresentar juntamente com o item 5.3.1, Contrato Social, em vigor, registrado na Junta Comercial, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta Licitação;**

5.3.4.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.3.4.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.3.4.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.4. Os documentos para credenciamento, exigidos no item 5.3 e seus subitens, deverão ser apresentados com cópia autenticada em cartório competente;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



5.5. O comparecimento ao site do representante legal da LICITANTE é imprescindível em todas as sessões pertinentes a este certame licitatório;

5.6. A ausência do representante legal da licitante nos horários e datas marcadas no CHAT MENSAGENS, implicará na aceitação por parte do representante legal ausente, de todas e quaisquer decisão tomada pelo Pregoeiro e aceitas pelas licitantes presentes;

5.7. As microempresas ou as empresas de pequeno porte deverão manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico o estabelecido na Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.1. A não declaração do item 5.7, implicará no IMPEDIMENTO DA LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA Lei Complementar nº. 123/06;

5.7.2. A declaração falsa dos requisitos de credenciamento sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

5.8. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao Setor de Licitações, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.9. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema www.licitanet.com.br, concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

6.2. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.2.1. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCLASSIFICADA pelo pregoeiro;

6.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

6.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), prevalecerão às últimas;

6.5. Na Proposta de Preços inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, como despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.6. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



6.8. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.9. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

6.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

6.11. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12. Nas Propostas de Preços REGISTRADAS no Sistema Eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

6.12.1. Preço total de cada item, de acordo com o preço praticado no mercado, conforme estabelece o inciso II, do art. 12, da Lei Federal nº 14.133/21, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

6.12.2. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, ICMS, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;

6.13. A proposta de preços registrada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

6.14. O Pregoeiro verificará as propostas de preços registrados no endereço eletrônico, antes da abertura da fase de lance, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A partir das **09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) do dia 17 de agosto de 2026**, e em conformidade com o estabelecido neste Edital, terá início a Sessão Pública do presente PREGÃO ELETRÔNICO, com a divulgação das propostas de preços, recebidas em conformidade com o item 6.8 e seus subitens, e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente Edital e seus Anexos.

7.2. Em seguida, ocorrerá o início da etapa de lances, via internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme estabelecido no Sistema Eletrônico.

7.3. O pregoeiro poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



7.4. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem **desclassificadas** do certame pelo pregoeiro.

7.5. Os lances serão realizados em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 no modo de disputa **ABERTO ou ABERTO e FECHADO**, conforme definidos nos Artigos 31, 32 e 33 e cadastrado no sistema da Plataforma LICITANET.

7.5.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois)** minutos do período de duração da sessão pública.

7.5.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (dois)** minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.5.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.5.4 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.6. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

7.7. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

7.8. O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

7.9. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site www.licitanet.com.br.

7.10. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

7.11. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.13. Após encerrada a fase de lances, as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, as quais declararão, em campo próprio do sistema, ao inserir suas propostas de preços serão convocadas através do próprio sistema, conforme Lei Complementar nº 123/06.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26, do Decreto 10.024/2019, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no Capítulo X do Decreto 10.024/2019;

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante via chat no sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

8.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta;

8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor;

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso;

8.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

09 - DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

9.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

9.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente;

9.1.7. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



9.1.8. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não – digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

9.1.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

9.1.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

9.1.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes à Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por constar no próprio documento que é válido para matriz e filiais, bem assim quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização.

10 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento das propostas será de **MENOR PREÇO POR ITEM**, e o tipo da licitação será o de **MENOR PREÇO** devendo o Pregoeiro, realizá-lo em conformidade com o tipo da licitação e os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório, e em sessão ou reunião do Pregoeiro e Equipe de Apoio, que poderá, a seu critério, solicitar auxílio e assessoria de pessoal qualificado do quadro de servidores do município ou externos a ele;

10.1.1. O julgamento da proposta de preços no site dar-se-á pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital;

10.1.2. Será admitido apenas 01 (um) licitante vencedor para o item.

10.2. Será efetuada a verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do instrumento convocatório e com os preços correntes no mercado, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

10.3. O resultado do julgamento estará a disposição dos interessados, bem como os pareceres, relatórios e atos registrados no processo licitatório. Os autos do processo poderão ser examinados pelos que demonstrarem o desejo de fazê-lo;

10.4. É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, proceder à promoção de diligência ou verificações, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

10.5. Não será motivo de desclassificação, simples omissão que seja irrelevante para o entendimento da proposta de preços que não venham causar prejuízo para a Administração Pública, e nem firam os direitos dos licitantes.

11 – DA PROPOSTA DE PREÇOS APRESENTADA PELA(S) LICITANTE(S) DE MENOR(ES) LANCES



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



11.1. O licitante deverá anexar no sistema de licitação www.licitanet.com.br. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá.

11.1.1. A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. E, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto prevalecerão as descritas no ANEXO II (modelo de carta proposta); Podendo assinar e enviar a PROPOSTA FINAL DO SISTEMA.

11.1.2. Os licitantes que enviarem os documentos de habilitação no www.licitanet.com.br com autenticação online e assinatura digital não será necessário o envio pelos correios.

11.2.1. Os licitantes que não apresentarem nos termos do item anterior deverá quando solicitado pelo pregoeiro enviar documentos originais e/ou cópia autenticada em cartório da documentação exigida para habilitação, bem como do detalhamento da proposta de preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de convocação feita pelo pregoeiro via chat de mensagem, com tolerância de 01 (um) dia por motivos fortuitos, sob pena desclassificação da empresa. Para o endereço sito a Prefeitura de Chupinguaia – Setor de Licitação (CPLMO); situado na Avenida Valter Luiz Filus, 1133, Centro – Chupinguaia – RO, Fone (69) 3346-1460, A/C Pregoeiro ou Equipe de Apoio;

11.2.2. Em todas as folhas, o carimbo padronizado do CNPJ, excetuando-se as folhas timbradas que já tenham impressa essas informações, preferencialmente com índice indicando o número de páginas e respectivo conteúdo, todas as folhas sequencialmente numeradas;

11.3. Os dados do Representante Legal, preferencialmente, conforme modelo apresentado no **ANEXO IV** deste Edital.

11.4. As propostas de preços deverão conter sob pena de desclassificação:

11.4.1. Indicação da exigência dos itens 2.2.

11.4.2. As propostas devem conter as especificações do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas dos materiais ofertados, constando os quantitativos e valores unitários e totais, bem como a marca e modelo, conforme modelo contido no **ANEXO II** deste Edital;

11.4.2.1 - A não informações como **marca e modelo** e outros elementos que identifiquem e constatem as configurações cotadas, **será motivo de desclassificação.**

11.4.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura deste Pregão;

11.4.4. Preço unitário e total, de acordo com o preço praticado no mercado (valor fixo, irrevogável, de acordo com a legislação em vigor), expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no **Anexo II – Descrição Detalhada do Objeto** do presente edital;

11.4.5. No preço ofertado deverão estar inclusos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



11.4.6. O licitante deverá incluir no preço do serviço ofertado, a alíquota do imposto intitulado ICMS, considerando para todos os efeitos fiscais, a Prefeitura de Chupinguaia, na condição de comprador final.

11.5. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender no todo, ou em parte, as disposições deste instrumento convocatório;

11.6. Serão considerados inadequados, desta forma desclassificados, preços simbólicos, irrisórios, de valor zero ou incompatíveis (excessivos) com os praticados no mercado e com distorções significativas;

11.7. A proposta de preços enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

11.8. A proposta de preços, contendo as exigências do item 11 e seus subitens deste edital, atualizada com o último lance, deverá ser enviada no prazo máximo de até 02 (duas) horas, sob pena de desclassificação, via upload no portal da licitação www.licitanet.com.br.

11.9 Não serão considerados propostas que deixarem de atender as disposições deste instrumento convocatório.

11.10 As propostas de preços apresentados fora da data e horário previsto no subitem 11.9, ou aquele estabelecido no CHAT MENSAGENS, deste instrumento convocatório, não serão recebidos.

11.11. O envio da proposta de preços vinculará o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações com inerentes ao certame.

12 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. A(s) licitante(s) declarada(s) como vencedora(s) do menor lance devesse enviar no prazo de até 02 (duas) horas, (sob pena de inabilitação), via upload no portal da licitação www.licitanet.com.br a documentação de habilitação, a seguir elencada, juntamente com os exigidos no item 11 e seus subitens. Podendo assinar e enviar a PROPOSTA FINAL DO SISTEMA.

12.1.1 - Os documentos de habilitação deverão ser enviados obrigatoriamente no formato em PDF.

12.2. A(s) licitante(s) deverá (ão), apresentar sob pena de inabilitação, os seguintes documentos abaixo mencionados.

12.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa da Dívida Ativa da União e Receita Federal);

b) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual;

c) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal;

d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao

12.3.1. As certidões que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo Pregoeiro, se emitidas nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela INTERNET, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



12.3.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, em conformidade com o disposto no art.42 da Lei Complementar nº. 123/2006;

12.3.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (LC 123/06, art.43, alterada pela LC 147/14);

12.3.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Setor de Licitações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.3.2.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação”.

Observação:

A Lei Complementar nº. 123 de 14/12/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte estabeleceu a definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, a saber: 11

“Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o [art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002](#), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e Oitocentos mil reais). (...)

§ 4º Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto nesta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

12 X – constituída sob a forma de sociedade por ações.”

12.3.2.4 O licitante deverá anexar no sistema de licitação, os documentos de habilitação e proposta final até o horário limite para o encerramento do envio.

OBS.: Se a documentação de habilitação e proposta não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, ou ainda não cumprir os prazos estabelecidos neste subitem, poderá o Pregoeiro considerar o proponente INABILITADO, sem prévio aviso.

12.3.2.5 A documentação de habilitação enviada terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando, e foi devidamente convocada.

12.3.3. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante via chat no sistema, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

12.3.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta

12.4. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 64, § 2º, da Lei 14.133/21 (**Anexo V**);

b) Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (**Anexo VI**);



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



c) Contrato Social ou outro instrumento equivalente, em vigor; para comprovar o ramo de atividade da referida empresa, a qual deverá ser compatível com o objeto desta licitação; **(autenticada em Cartório ou cópia acompanhada com original para autenticação pela equipe de apoio)**, e,

01 – Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

02 – No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

12.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) **Certidão (ões) Negativa (a) de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordatas) expedida(s) pelo(s) distribuidor (es) de sua sede**, se o licitante não for sediado no Estado de Rondônia, a(s) certidão(ões) deverá(o) vir acompanhada(s) de declaração da autoridade judiciária competente, relacionado o(s) distribuidor(es) que, na Comarca de sua sede, tenha(m) atribuição para expedir certidões negativas de recuperação judicial – Lei nº 11.101/05 (falência e concordatas). As certidões que não tiver vigência, será consideradas aquelas emitidas nos últimos 30 (trinta) dias.

13 – DA CORREÇÃO ADMISSÍVEL

13.1. Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo as seguintes disposições:

13.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

13.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o Pregoeiro procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

14 – DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

14.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital, o Pregoeiro declara o licitante vencedor;

14.2. Caso a oferta não seja aceitável ou o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e os documentos de habilitação do proponente, na ordem de classificação NO SITE, até que um licitante atenda às condições fixadas neste edital, e seja declarado vencedor;

14.3. Aclamação do(s) Licitante(s) vencedor(es);

14.4. Registro das manifestações, em campo próprio no sistema, dos demais Licitantes quanto à intenção ou não de recorrer da decisão proferida pelo Pregoeiro, devidamente motivada, se houver manifestação positiva nesse sentido;

14.5. Adjudicação do objeto da licitação, caso não haja manifestação quanto à intenção de interpor recurso administrativo;

14.6. Registro na Ata da Sessão pelo Pregoeiro e publicação da referida no site;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



14.7. Homologada a licitação pela autoridade superior, deverá ser procedida à convocação do adjudicatário para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

15.1. Proclamado o resultado final da licitação, promoverá o Pregoeiro, a remessa dos autos à autoridade superior, para:

- 15.1.1. Confirmar o julgamento, determinando a homologação do objeto licitado ao proponente classificado em primeiro lugar;
- 15.1.2. Ordenar a retificação da classificação no todo ou em parte, se verificar irregularidade corrigível no julgamento;
- 15.1.3. Anular o julgamento, ou todo procedimento licitatório, se deparar com irregularidade insanável e prejudicial ao certame, em qualquer fase do Processo Licitatório;
- 15.1.4. Revogar a licitação, por motivo de conveniência ou oportunidade, desde que comprovado e ocorrido depois de instaurada a competição.

16 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema;

16.2. A falta de manifestação imediata da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor; Mas a empresa licitante deverá observar primariamente os seguintes requisitos:

- 16.2.1. Conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21, é imperativo que as empresas que optem por apresentar recursos durante o processo de licitação e justifiquem devidamente suas razões para tal medida.
- 16.2.2. A ausência de justificativa adequada ou a não apresentação do recurso solicitado pela empresa que manifestou a intenção de recorrer, pode ser interpretada como uma tentativa de frustrar o processo licitatório. Tal ato é passível de penalização, sujeitando a empresa a medidas punitivas que podem incluir a desqualificação da mesma do certame em questão, bem como outras sanções legais aplicáveis.
- 16.2.3. Portanto, reiteramos a importância de que todas as empresas envolvidas no processo licitatório cumpram rigorosamente com as disposições legais, incluindo a apresentação de justificativas claras e consistentes para quaisquer recursos interpostos.
- 16.2.4. Por conseguinte, instamos todas as partes interessadas a agirem com transparência e responsabilidade, garantindo a lisura e a integridade do processo licitatório em conformidade com a legislação vigente.
- 16.2.5. Salientamos que a não observância do prazo, e, não havendo envio das razões recursais, devidamente caracterizadas conforme justificada na intenção do recurso e falta de



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



razoabilidade no recurso, pode acarretar em consequências para a empresa licitante, conforme Art. 156 da referida lei. Serão aplicadas infrações administrativas previstas nesta Lei, sendo:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com administração pública do Município de Chupinguaia – RO.

16.3. Os recursos apresentados fora do sistema somente serão aceitos e respondidos possivelmente em caráter pedagógico, não possuindo valor de recurso administrativo.

16.4. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade na intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso

16.5. O recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

16.7. Na contagem dos prazos recursais excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento. Se este recair em dia não útil, o término do prazo ocorrerá no primeiro dia útil subsequente;

17 – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

17.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

17.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

17.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

17.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

18 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



18.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta dos seguintes Programas:

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

020701 - ATIVIDADES DO ENSINO BASICO

12.361.0037.2287.0003 - SALARIO EDUCAÇÃO; 12.365.0037.2289.0003 - SALÁRIO EDUCAÇÃO; 12.367.0037.2290.0000 - CUSTEIO DO ENSINO AEE
3.3.90.39.99 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA
FICHA 221; 276; 290

19 – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

19.1. A contratação será formalizada mediante a emissão e retirada do instrumento contratual;

19.2. Como condição para celebração do instrumento contratual, a Licitante Vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

19.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- a) A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- b) A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- c) A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 139 da mesma Lei.

19.4. Oficialmente convocada pela Administração, com vistas à celebração do Instrumento Contratual, é dado à adjudicatória o prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da ciência ao chamamento, pelo Prefeitura de Chupinguaia, para no local indicado, firmar o instrumento de Contrato. A recusa injustificada da LICITANTE vencedora, em retirar o instrumento contratual dentro do prazo e condições estabelecidas, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida sujeitando-se às penalidades previstas no art. 90, § 5º da Lei Federal nº. 14.133/21.

19.5. É facultado à Administração, quando o convocado não retirar o Instrumento Contratual no prazo e condições estabelecidas, convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, e assim sucessivamente, ou revogar a licitação;

19.5.1. Os LICITANTES remanescentes convocados na forma do subitem anterior se obrigam a atenderem a convocação e retirarem o Instrumento Contratual respectivo, no prazo fixado no item 18.3 deste edital, ressalvados os casos de vencimentos das respectivas propostas, sujeitando-se ao atendimento das condições de habilitação.

19.6. A Administração, a qualquer tempo, poderá promover a extinção antecipada do Termo Contratual:

- a) Unilateralmente, desde que configure qualquer das hipóteses elencadas na Seção V, Art. 137, incisos I a IX, da Lei Federal nº. 14.133/21, com suas alterações;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

20 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.
- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.
- c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.
- e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.
- f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.
- h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:
 - I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
 - II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

21 – DO REAJUSTAMENTO E DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os preços serão fixos e irreajustáveis, no prazo de vigência do Instrumento Contratual de até 01 (um) ano, de acordo com a Lei Federal nº. 10.192/2001, podendo ser reajustado, após o referido período, mediante regulamentação do Poder Executivo Federal aplicável a matéria;

22 - AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1 Uma vez firmada a contratação, este município se obriga a:

Conforme o estabelecido no Item 15 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

23. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

23.1 Uma vez notificada de que este Município efetivará a contratação, o licitante vencedor deverá comparecer nos 05 (cinco) dias úteis seguintes à notificação, para retirar a nota de empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Recebida a Nota de Empenho, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

Conforme o estabelecido no Item 13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



23.2 Caso o licitante vencedor, regularmente notificado, não compareça para retirar a nota de empenho, a Administração poderá convocar o licitante classificado em segundo lugar para, se quiser, apresentar a proposta pelo preço por ele cotado.

24 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº. 14.133/21, a **CONTRATADA** Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no instrumento contratual, salvo se ensejada por motivo de força maior ou caso fortuito, a **CONTRATANTE** poderá, garantir a prévia defesa, aplicar à futura **CONTRATADA**, as seguintes penalidades:

24.1.1. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** pelo prazo de até 02 (dois) anos;

24.1.2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, do valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), devendo essa importância ser deduzida do valor a ser pago pela **CONTRATANTE**;

24.1.3. Advertência;

24.1.4. As sanções: “advertência ou suspensão” poderão ser aplicadas juntamente com o subitem 23.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.2. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

25 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A LICITANTE deverá assumir todos os custos de elaboração da proposta, não sendo a Administração Pública, em qualquer hipótese, responsável pelos mesmos, independente do resultado da licitação;

25.2. A Administração, a qualquer tempo, antes da data da sessão inaugural, poderá proceder às alterações concernentes a esta licitação, por sua iniciativa, fornecendo o correspondente adendo a todas as interessadas que tenham adquirido o instrumento convocatório, sendo-lhes facultado, em sendo o caso, adiar a data do recebimento das documentações e propostas;

25.3. As omissões porventura existentes neste instrumento convocatório, serão sanadas pelo Pregoeiro, do Setor de Licitações, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, bem como diretrizes expedidas pelos órgãos que se constituírem fontes de recursos financiadores;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



25.4. A critério da Administração Pública esta licitação poderá:

25.4.1. **Ser anulada** se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; ou

25.4.2. **Ser revogada**, a juízo da Administração, ser for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou

25.4.3. Ter a data de abertura transferidos, por conveniência exclusiva da administração.

25.5. Será observado, ainda, quanto ao procedimento desta licitação, o seguinte:

25.5.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único, do art. 71, Inciso III da Lei 14.133/21;

25.5.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do empenho, ressalvado o disposto na condição anterior; e;

25.5.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

25.6. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do contrato como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, por quanto prevalecerá o ofertado em lance verbal ou negociado;

25.7 É facultada ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

25.8. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

25.9. As normas que disciplinam este PREGÃO ELETRÔNICO serão sempre interpretadas em favor da ampliação, da disputa entre interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

25.10. A declaração e a adjudicação da licitante vencedora desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de ser adquirido o objeto;

25.11. Para efeito de contratação, aquisição e pagamento prevalecerá, o menor preço escrito, todos devidamente registrados em Ata;

25.12. Havendo conflito de interpretação entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem do Edital, e em seguida o Termo de Referência, a Minuta do Contrato e por último os demais Anexos;

25.12.1. Em divergência em relação ao quantitativo, prevalecerá o contido no ANEXO III (CARTA PROPOSTA).

25.13. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

25.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.licitanet.com.br e www.chupinguaia.ro.gov.br

25.15. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (69) 3346-1460;

25.16. O resultado desta licitação será publicado no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



26 - ANEXOS

26.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de Referência;

01 – Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar e/ou Documento de Oficialização da Demanda.

ANEXO II Descrição Detalhada do Objeto

ANEXO III Carta Proposta de Preços (modelo).

ANEXO IV Dados do Representante Legal (modelo).

ANEXO V Declaração de Inexistência de Fatos Supervenientes (modelo).

ANEXO VI Declaração de cumprimento às normas relativas ao Trabalho do Menor.

ANEXO VII Declaração de Vinculo (modelo).

ANEXO VIII Declaração de ciência e compromisso – Art. 59-A do ECA.

ANEXO IX Minuta do Contrato.

27 – DO FORO

27.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vilhena/RO, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Chupinguaia – RO, 27 de julho de 2026

SINDOVAL GONÇALVES
Pregoeiro



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, desinsetização, desratização, descupinização, controle e desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de forros, limpeza de fossas sépticas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas, materiais, produtos saneantes devidamente registrados nos órgãos competentes, transporte, retirada, tratamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, para atendimento das unidades escolares vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Chupinguaia/RO, conforme especificações, quantitativos estimados e condições estabelecidas neste instrumento.

1.2 Os serviços serão executados nas unidades escolares da Secretaria Municipal de Educação SEMED, relacionadas neste Termo de Referência e em seus anexos, observadas as especificações técnicas, os quantitativos estimados e as condições de execução previstas neste instrumento.

1.3 A contratação será realizada mediante Pregão, na forma eletrônica, com adoção do Sistema de Registro de Preços, utilizando-se o critério de julgamento pelo menor preço por item e adjudicação por item, tendo em vista a divisibilidade do objeto e a possibilidade de execução independente dos serviços, de modo a ampliar a competitividade, favorecer a participação de empresas especializadas e assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

1.4 solicitação formalizada pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, por meio do [Memorando 154 de 08/07/2026 \(ID 877297\)](#), que fundamentou a abertura do presente processo administrativo.

2. PLANILHA QUALITATIVA E QUANTITATIVA DO OBJETO

Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	997.001.001	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.F. IRMAS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS.	1.623,16	M²	2,20	3.570,95
2	997.001.002	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.F. IRMAS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS,	1.623,16	M²	3,50	5.681,06
3	997.001.003	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000	16,00	SER V	800,00	12.800,00



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.F. IRMAS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS. CAMINHAO COM CAPACIDADE 10.000 LT.				
4	997.001.004	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (1.000 LT), (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS), DA ESCOLA E.M.E.F. IRMAS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS.	15,00	SERV	400,00	6.000,00
5	504.002.560	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS.	1.623,16	M²	2,20	3.570,95
6	997.001.007	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.	1.952,28	M²	2,20	4.295,02
7	997.001.006	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.	16,00	SERV	400,00	6.400,00
8	997.001.008	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA. CAMINHAO COM CAPACIDADE DE 10.000 LT.	8,00	SERV	800,00	6.400,00
9	997.001.009	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.	1.952,28	M²	2,20	4.295,02



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
10	997.001.010	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1.853,40	M²	2,80	5.189,52
11	997.001.011	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	18,00	SERV	600,00	10.800,00
12	997.001.012	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1.853,40	M²	2,80	5.189,52
13	997.001.013	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	8,00	SERV	1.000,00	8.000,00
14	997.001.014	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1.853,40	M²	2,50	4.633,50
15	997.001.020	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE	2.230,40	M²	2,80	6.245,12



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)				
16	997.001.021	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	14,00	SERV	600,00	8.400,00
17	997.001.022	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2.230,40	M²	2,80	6.245,12
18	997.001.023	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	8,00	SERV	1.000,00	8.000,00
19	997.001.024	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2.230,40	M²	2,50	5.576,00
20	997.001.025	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	422,04	M²	2,80	1.181,71
21	997.001.026	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS	4,00	SERV	600,00	2.400,00



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)				
22	997.001.0 27	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	422,04	M²	2,50	1.055,10
23	997.001.0 28	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2,00	SER V	900,00	1.800,00
24	997.001.0 29	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	422,04	M²	2,50	1.055,10
25	997.001.0 30	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO).	345,00	M²	2,80	966,00
26	997.001.0 31	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS) E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO).	2,00	SER V	600,00	1.200,00



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vir. Unit.	Vir. Total
27	997.001.032	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	345,00	M²	2,80	966,00
28	997.001.033	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2,00	SERV	900,00	1.800,00
29	997.001.034	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	345,00	M²	2,50	862,50
30	997.001.015	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2.116,00	M²	2,80	5.924,80
31	997.001.016	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	14,00	SERV	600,00	8.400,00
32	997.001.018	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO	8,00	SERV	1.000,00	8.000,00



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Produto	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
		MATERIAL, ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)				
33	997.001.019	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2.116,00	M²	2,50	5.290,00
34	997.001.017	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2.116,00	M²	2,80	5.924,80
35	997.001.005	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.	1.952,28	M²	2,20	4.295,02
VALOR TOTAL						172.412,81 R\$

2.1 ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

Item	Descrição	Total área total	Quant. Anual Serviços	Und. Med.	Valor por M² R\$	Valor Total Anual R\$	Área
1	SERVIÇO DE ASPIRAÇÃO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.F. IRMÃS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS.	811,58	1.623,16	M²	2,20	3.570,95	URBANA
2	SERVIÇO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.F. IRMÃS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS,	811,58	1.623,16	M²	3,50	5.681,06	URBANA
3	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA/ NEGRA, ATRAVÉS DE BOMBEAMENTO POR CAMINHÃO	8	16,00	SER V	800,00	12.800,00	URBANA



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Descrição	Total área total	Quant. Anual Serviços	Und . Med .	Valor por M² R\$	Valor Total Anual R\$	Área
	AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINAÇÃO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.F. IRMÃS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS. CAMINHÃO COM CAPACIDADE 10.000 LT.						
4	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA (1.000 LT), (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS), DA ESCOLA E.M.E.F. IRMÃS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS.	77 ira aumentar 1	15,00	SER V	400,00	6.000,00	URBANA
5	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS.	811,58	1.623,16	M²	2,20	3.570,95	URBANA
6	SERVIÇO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA CMEI JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.	976,14	1.952,28	M²	2,20	4.295,02	URBANA
7	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS). CMEI - JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.		16,00	SER V	400,00	6.400,00	URBANA
8	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA/ NEGRA, ATRAVÉS DE BOMBEAMENTO POR CAMINHÃO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINAÇÃO DO MATERIAL, ESCOLA CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA. CAMINHÃO COM CAPACIDADE DE 10.000 LT.	4	8,00	SER V	800,00	6.400,00	URBANA
9	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), AREAS	976,14	1.952,28	M²	2,20	4.295,02	URBANA



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Descrição	Total área total	Quant. Anual Serviços	Und . Med .	Valor por M² R\$	Valor Total Anual R\$	Área
	INTERNAS E EXTERNAS. CMEI - JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.						
10	SERVIÇO DE ASPIRAÇÃO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANÇA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	926,70	1.853,40	M²	2,80	5.189,52	RURAL
11	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS). E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANÇA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	9	18,00	SER V	600,00	10.800,00	RURAL
12	SERVIÇO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANÇA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	926,70	1.853,40	M²	2,80	5.189,52	RURAL
13	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA/ NEGRA, ATRAVÉS DE BOMBEAMENTO POR CAMINHÃO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINAÇÃO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANÇA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	4	8,00	SER V	1.000,00	8.000,00	RURAL
14	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANÇA	926,70	1.853,40	M²	2,50	4.633,50	RURAL



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Descrição	Total área total	Quant. Anual Serviços	Und Med	Valor por M² R\$	Valor Total Anual R\$	Área
	APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)						
15	SERVIÇO DE ASPIRAÇÃO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1.115,20	2.230,40	M²	2,80	6.245,12	RURAL
16	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS). E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	7	14,00	SER V	600,00	8.400,00	RURAL
17	SERVIÇO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1.115,20	2.230,40	M²	2,80	6.245,12	RURAL
18	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA/ NEGRA, ATRAVÉS DE BOMBEAMENTO POR CAMINHÃO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINAÇÃO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	4	8,00	SER V	1.000,00	8.000,00	RURAL
19	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS. ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - (DISTRITO DO GUAPORE	1.115,2	2.230,40	M²	2,50	5.576,00	RURAL



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Descrição	Total área total	Quant. Anual Serviços	Und . Med .	Valor por M² R\$	Valor Total Anual R\$	Área
	APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)						
20	SERVIÇO DE ASPIRAÇÃO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	211,02	422,04	M²	2,80	1.181,71	RURAL
21	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS). E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2	4,00	SER V	600,00	2.400,00	RURAL
22	SERVIÇO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	211,02	422,04	M²	2,50	1.055,10	RURAL
23	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1	2,00	SER V	900,00	1.800,00	RURAL
24	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO,	211,02	422,04	M²	2,50	1.055,10	RURAL



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Descrição	Total área total	Quant. Anual Serviços	Und . Med .	Valor por M² R\$	Valor Total Anual R\$	Área
	DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)						
25	SERVIÇO DE ASPIRAÇÃO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	172,50	345,00	M²	2,80	966,00	RURAL
26	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS) E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA.1 (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)		2,00	SER V	600,00	1.200,00	RURAL
27	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA.1 (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	172,50	345,00	M²	2,80	966,00	RURAL
28	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA/ NEGRA, ATRAVÉS DE BOMBEAMENTO POR CAMINHÃO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E1 DESTINAÇÃO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)		2,00	SER V	900,00	1.800,00	RURAL



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Descrição	Total área total	Quant. Anual Serviços	Und · Med ·	Valor por M² R\$	Valor Total Anual R\$	Área
29	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), ÁREAS INTERNAS E EXTERNAS. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	172,50	345,00	M²	2,50	862,50	RURAL
30	SERVIÇO DE ASPIRAÇÃO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON DE GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1.058,00	2.116,00	M²	2,80	5.924,80	RURAL
31	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS). E.M.E.I.E.F CLEBERSON DE GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	7	14,00	SER V	600,00	8.400,00	RURAL
32	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA/ NEGRA, ATRAVÉS DE BOMBEAMENTO POR CAMINHÃO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINAÇÃO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON DE GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	4	8,00	SER V	1.000,00	8.000,00	RURAL
33	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO,	1.058,00	2.116,00	M²	2,50	5.290,00	RURAL



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Item	Descrição	Total área total	Quant. Anual Serviços	Und . Med .	Valor por M² R\$	Valor Total Anual R\$	Área
	DESCUPINIZAÇÃO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON DE GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)						
34	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON DE GERMINI - (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1.058,00	2.116,00	M²	2,80	5.924,80	RURAL
35	SERVIÇO DE ASPIRAÇÃO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.	976,14	1.952,28	M²	2,20	4.295,02	URBANA

3. DO CUSTO

3.1 Realizando - se levantamento no mercado, baseado nas cotações realizadas nas empresas do ramo sob os seguintes id's:

[COTAÇÃO DE PREÇO DA R.T SERVIÇOS de 21/07/2026 \(ID 882527\)](#)

[COTAÇÃO DE PREÇO DA M. A FERREIRA de 21/07/2026 \(ID 882529\)](#)

[COTAÇÃO DE PREÇO A.C DEDETIZAÇÃO de 21/07/2026 \(ID 882531\)](#)

[COTAÇÃO DE PREÇO DA ASSIS DEDETIZAÇÃO de 21/07/2026 \(ID 882534\)](#)

3.2 O valor estimado da contratação é de **R\$ 172.412,81 (Cento e setenta e dois mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e um centavos.)** evidenciado inclusive no [Quadro Demonstrativo de Preços e Média 03 de 21/07/2026 \(ID 882586\)](#), conforme pesquisa de preços realizada pela Administração.

3.2 Os recursos orçamentários destinados à contratação correrão por conta das dotações consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação, sendo informados quando da emissão da Nota de Empenho ou da celebração do contrato, conforme dispõe a legislação aplicável.

4. JUSTIFICATIVA

4.1 A presente contratação tem por finalidade garantir a manutenção das condições adequadas de higiene, salubridade, segurança e conservação das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Chupinguaia/RO.

Os serviços objeto desta contratação possuem caráter essencial, considerando que as escolas atendem diariamente crianças, adolescentes, professores, servidores e comunidade escolar, sendo indispensável a manutenção de ambientes livres de agentes contaminantes, pragas urbanas e animais sinantrópicos.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Grande parte das unidades escolares localiza-se em áreas rurais e distritais, onde inexistem serviços públicos de coleta e tratamento de esgoto, utilizando fossas sépticas como sistema de disposição final dos efluentes.

A ausência de limpeza periódica das fossas pode ocasionar:

- transbordamentos;
- contaminação do solo;
- proliferação de microrganismos;
- odores desagradáveis;
- interrupção das atividades escolares;
- riscos à saúde pública.

4.2 Da mesma forma, a realização periódica dos serviços de dedetização, desinsetização, desratização e controle integrado de pragas é indispensável para eliminar e prevenir a infestação de:

- baratas;
- formigas;
- cupins;
- escorpiões;
- aranhas;
- mosquitos;
- roedores;

demais vetores transmissores de doenças.

Também se faz necessária a contratação para realização dos serviços de controle e retirada de pombos e morcegos, tendo em vista que estes animais provocam deterioração das edificações, acúmulo de fezes, proliferação de fungos e bactérias, além da transmissão de diversas doenças.

A limpeza de forros constitui importante medida preventiva para eliminação de ninhos, fezes, poeiras e resíduos acumulados.

Já a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água visa assegurar a qualidade da água destinada ao consumo humano, conforme exigências da Vigilância Sanitária.

A Secretaria Municipal de Educação não dispõe de servidores especializados, equipamentos específicos, veículos apropriados, caminhões auto-fossa, produtos registrados, licenciamento ambiental e estrutura técnica necessária para execução desses serviços, tornando indispensável a contratação de empresa especializada.

A contratação contribuirá para:

- preservação do patrimônio público;
- proteção da saúde dos usuários;
- continuidade das atividades escolares;
- cumprimento das normas sanitárias;
- atendimento da legislação ambiental;
- redução de custos com manutenções corretivas;
- melhoria das condições de ensino.

4.3 As unidades escolares devem ser mantidas em condições higiênico-sanitárias adequadas, sendo necessária a execução periódica de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas por empresa especializada, licenciada e com responsável técnico, em conformidade com a RDC ANVISA nº 52/2009.

4.4 Diante do exposto justifica-se a contratação de referido serviço.

5. JUSTIFICATIVA DOS VALORES MÉDIOS UTILIZADOS



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



5.1 Os valores estimados foram definidos mediante pesquisa de mercado realizada em conformidade com o artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para composição do orçamento estimativo foram consideradas cotações ([ID 882527](#)), ([ID 882529](#)), ([ID 882531](#)), ([ID 882534](#)), obtidas junto a empresas especializadas no ramo, observando-se preços praticados no Estado de Rondônia e na região, contemplando todos os custos necessários à execução dos serviços.

Na formação dos preços foram considerados:

- mão de obra especializada;
- equipamentos;
- veículos;
- caminhão auto-fossa;
- produtos químicos registrados;
- equipamentos de proteção individual;
- encargos sociais;
- tributos;
- transporte;
- combustível;
- destinação ambiental dos resíduos;
- despesas administrativas;

Após análise das propostas obtidas, foi adotado o menor preço unitário valor de mercado, considerado mais vantajoso para a Administração Pública, totalizando **R\$ 172.412,81 (Cento e setenta e dois mil, quatrocentos e doze reais e oitenta e um centavos.)**

6. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

6.1 A periodicidade dos serviços foi estabelecida considerando as características físicas de cada unidade escolar, o número de usuários atendidos, a localização (urbana ou rural), a capacidade dos reservatórios e fossas, as exigências sanitárias aplicáveis e a necessidade de manutenção preventiva das edificações escolares durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços. A frequência prevista para cada serviço observa os seguintes critérios técnicos:

I Limpeza e desinfecção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas): será realizada conforme a quantidade de reservatórios existentes em cada unidade escolar e em periodicidade compatível com as recomendações da Vigilância Sanitária, visando garantir a qualidade da água destinada ao consumo humano e evitar contaminações.

II Limpeza de fossas sépticas: a quantidade estimada foi definida de acordo com a capacidade das fossas, o número de usuários de cada unidade escolar, o histórico de utilização e a necessidade de evitar transbordamentos, odores, interrupção das atividades escolares e riscos ambientais e sanitários.

III Controle integrado de pragas urbanas (dedetização, desinsetização, desratização e descupinização): a periodicidade foi estimada considerando a necessidade de manutenção preventiva durante toda a vigência da contratação, especialmente em razão das condições climáticas da região, da presença de áreas verdes e da maior incidência de insetos, roedores e demais vetores nas unidades escolares urbanas e rurais.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



IV Limpeza de forros: a frequência prevista decorre da necessidade de remoção periódica de poeira, fezes, ninhos e outros resíduos acumulados, prevenindo a proliferação de pragas, fungos e microrganismos, bem como preservando as condições de higiene e conservação das edificações.

V Controle e desalojamento de pombos e morcegos: a estimativa foi definida considerando o histórico de ocorrências nas unidades escolares, especialmente naquelas situadas em áreas rurais, onde há maior incidência desses animais, sendo os serviços executados sempre que necessário para evitar riscos à saúde dos usuários e danos ao patrimônio público.

6.2 Os quantitativos previstos para cada unidade escolar foram elaborados de forma individualizada, levando em consideração suas dimensões, infraestrutura, localização, número de edificações, quantidade de reservatórios de água, existência de fossas sépticas, área construída, área de forro e histórico de necessidade de manutenção preventiva, conforme discriminado na planilha de quantitativos deste Termo de Referência.

6.3 Dessa forma, a estimativa anual dos serviços busca assegurar a continuidade das atividades escolares, a preservação do patrimônio público, o atendimento às normas sanitárias e a utilização eficiente dos recursos públicos, sem representar obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados, os quais possuem caráter meramente estimativo, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

7.1 A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta do recurso da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Ficha: 221

Unidade: 020701 - ATIVIDADE DO ENSINO BASICO

Funcional: 12.361.0037.2287.0003 - CUSTEIO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Classificação: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

Valor R\$: 147.451,82 (Cento e quarenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e oitenta e dois centavos.)

Ficha: 290

Unidade: 020701 - ATIVIDADE DO ENSINO BASICO

Funcional: 12.367.0037.2290.0000 - CUSTEIO DO ENSINO AEE

Classificação: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

Valor R\$: 4.295,02 (Quatro mil, duzentos e noventa e cinco reais e dois centavos.).

Ficha: 276

Unidade: 020701 - ATIVIDADES DO ENSINO BASICO

Funcional: 12.365.0037.2289.0003 - CUSTEIO DO ENSINO INFANTIL - CRECHE

Classificação: 3.3.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

Valor R\$: 20.665,97 (Vinte mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos.).

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1 A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, da Lei Federal nº 14.133/2021, das normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, das normas da ABNT e da legislação ambiental vigente.

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão de obra especializada, veículos, equipamentos, ferramentas, máquinas, caminhão auto-fossa, equipamentos de proteção individual (EPIs),



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



equipamentos de proteção coletiva (EPCs), produtos químicos, materiais de consumo e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços.

Todos os custos relativos a deslocamento, alimentação, hospedagem, combustível, pedágios, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, seguros e quaisquer outras despesas correrão exclusivamente por conta da **CONTRATADA**, não cabendo à Administração qualquer pagamento adicional além do valor contratado.

Os serviços serão executados mediante emissão de Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de Educação, observando-se as necessidades de cada unidade escolar. Sempre que possível, os serviços deverão ser executados em horários que não comprometam o funcionamento das atividades escolares, preferencialmente aos finais de semana, feriados ou no período de férias escolares, quando houver necessidade de isolamento dos ambientes.

8.1.1 DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser iniciados em até 5 (cinco) dias úteis, nas demais áreas após o recebimento da ordem de serviço;

A CONTRATADA deverá tomar todas as cautelas para não expor ao risco de danos à saúde de funcionários ou quaisquer outros usuários, bem como a vizinhança envolvida.

Os serviços compreenderão, no mínimo:

- Controle Integrado de Pragas Urbanas;
- Dedetização;
- Desinsetização;
- Desratização;
- Descupinização, quando necessária;
- Controle, manejo e desalojamento de pombos;
- Controle, manejo e desalojamento de morcegos;
- Limpeza de forros;
- Limpeza e desinfecção de caixas d'água;
- Limpeza e desinfecção de reservatórios de água;
- Limpeza de cisternas, quando existentes;
- Limpeza de fossas sépticas;
- Sucção de resíduos líquidos;
- Transporte dos resíduos;
- Destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.
- Após cada serviço executado, a empresa deverá emitir relatório técnico contendo:
 - data da execução;
 - local atendido;
 - produtos utilizados;
 - quantidade aplicada;
 - metodologia empregada;
 - nome do responsável técnico;
 - recomendações de segurança;
 - prazo de garantia;
 - certificado de execução.

8.1.2 REGIME DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme demanda da Administração, mediante emissão de Ordem de Serviço.

Os quantitativos registrados constituem mera estimativa de consumo, não obrigando a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

Cada Ordem de Serviço indicará:

- Unidade escolar;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- Tipo de serviço;
- Quantitativo;
- Prazo de execução;
- Responsável pelo acompanhamento.

8.2 PRODUTOS PERTINENTES À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os produtos utilizados deverão:

- Possuir registro na ANVISA;
- Possuir Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ);
- Estar dentro do prazo de validade;
- Ser específicos para controle de vetores e pragas urbanas;
- Apresentar baixo impacto ambiental;
- Não oferecer riscos à saúde dos usuários quando utilizados conforme orientação técnica.

É proibida a utilização de produtos:

- Clandestinos;
- Vencidos;
- Sem registro;
- Proibidos pelos órgãos ambientais;
- Manipulados sem autorização.

A empresa deverá apresentar, sempre que solicitado, as fichas técnicas e os registros dos produtos utilizados.

8.3 RATICIDAS CONTROLE DE ROEDORES EM GERAL

Os raticidas empregados deverão ser registrados na ANVISA e adequados ao controle de:

- Ratazanas;
- Ratos de telhado;
- Camundongos;
- Demais roedores sinantrópicos.

As iscas deverão ser acondicionadas em porta-iscas resistentes, devidamente identificados e fixados em locais estratégicos, evitando riscos aos alunos, servidores e animais domésticos.

É vedada a aplicação de raticidas em locais que possam contaminar alimentos, reservatórios de água ou ambientes ocupados durante o horário escolar.

8.4 METODOLOGIAS NO CONTROLE DE ROEDORES

O controle deverá observar as seguintes etapas:

- Inspeção técnica inicial;
- Identificação dos focos;
- Identificação das espécies;
- Avaliação do nível de infestação;
- Eliminação de fontes de alimento;
- Instalação de porta-iscas;
- Monitoramento periódico;
- Substituição das iscas consumidas;

retirada das iscas ao término do tratamento, quando necessário.

Sempre que identificado risco estrutural que favoreça novas infestações, a empresa deverá informar formalmente à fiscalização.

8.5 METODOLOGIAS NO CONTROLE DE INSETOS E OUTROS VETORES



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Os serviços deverão utilizar metodologia compatível com cada espécie de praga, podendo ser empregados:

- Pulverização residual;
- Pulverização líquida;
- Atomização;
- Nebulização (ULV);
- Gel inseticida;
- Iscas atrativas;
- Aplicação localizada;
- Tratamento perimetral;
- Barreiras químicas;
- Armadilhas específicas.
- O controle deverá abranger:
- Baratas;
- Formigas;
- Mosquitos;
- Pernilongos;
- Cupins;
- Aranhas;
- Escorpiões;
- Pulgas;
- Carrapatos;
- Demais vetores urbanos.

Os serviços deverão ser precedidos de inspeção técnica para definição da metodologia mais adequada.

8.7 METODOLOGIAS NO CONTROLE DE POMBOS E MORCEGOS

8.7.1 O controle, manejo e desalojamento de pombos e morcegos deverão ser executados por profissionais devidamente capacitados, observando as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA, da legislação ambiental vigente e demais normas aplicáveis.

8.7.2 A execução dos serviços deverá priorizar métodos preventivos, físicos e mecânicos, sendo vedado qualquer procedimento que provoque maus-tratos, extermínio ou dano às espécies protegidas pela legislação ambiental.

Poderão ser utilizados, conforme necessidade e autorização da fiscalização, os seguintes métodos:

- Inspeção técnica das áreas infestadas;
- Identificação dos locais de acesso, abrigo e nidificação;
- Remoção de ninhos, fezes e resíduos;
- Instalação de barreiras físicas;
- Instalação de telas de proteção;
- Instalação de espículas antipouso;
- Fechamento de frestas, vãos e acessos;
- Utilização de dispositivos repelentes permitidos pelos órgãos competentes;
- Higienização e desinfecção das áreas contaminadas;
- Orientação técnica à Administração quanto às medidas preventivas.

Nos casos envolvendo morcegos, deverão ser observadas todas as normas ambientais pertinentes, sendo permitidas apenas técnicas de desalojamento, exclusão e manejo ambiental, quando autorizadas pelos órgãos competentes.



8.7.3 Após a execução dos serviços, a empresa deverá realizar a completa limpeza do ambiente, removendo fezes, penas, ninhos e quaisquer resíduos decorrentes da infestação, efetuando, quando necessário, a desinfecção das superfícies afetadas.

8.8 LIMPEZA DAS CAIXAS D'ÁGUA E CISTERNAS

8.8.1 A limpeza e desinfecção dos reservatórios de água deverão ser executadas em conformidade com as normas da Vigilância Sanitária e demais legislações aplicáveis.

Os serviços compreenderão, no mínimo:

- Interrupção temporária do abastecimento;
- Esgotamento total da água existente;
- Remoção de sedimentos;
- Escovação manual das superfícies internas;
- Lavagem completa do reservatório;
- Aplicação de solução desinfetante apropriada;
- Enxágue, quando necessário;
- Reabastecimento do reservatório;
- Vedação adequada da tampa;
- Inspeção final.

É proibida a utilização de escovas metálicas, detergentes domésticos, produtos abrasivos ou quaisquer substâncias que possam contaminar a água destinada ao consumo humano.

Após cada limpeza deverá ser emitido Certificado de Higienização do Reservatório, contendo:

- Identificação da unidade escolar;
- Capacidade do reservatório;
- Data da execução;
- Produtos utilizados;
- Responsável técnico;
- Recomendações para a próxima limpeza.

Sempre que forem constatadas fissuras, rachaduras, vazamentos ou qualquer irregularidade estrutural, a empresa deverá comunicar imediatamente à fiscalização.

8.9 LIMPEZA DAS FOSSAS SÉPTICAS

8.9.1 A limpeza das fossas sépticas será realizada mediante sucção dos resíduos por caminhão auto-fossa devidamente licenciado pelos órgãos competentes.

Os serviços compreenderão:

- inspeção inicial;
- abertura das tampas;
- sucção completa dos resíduos líquidos e sólidos;
- limpeza interna quando tecnicamente necessária;
- transporte dos resíduos;
- destinação final ambientalmente adequada em local devidamente licenciado.

A CONTRATADA deverá possuir:

- caminhão auto-fossa em perfeitas condições de uso;
- equipamentos de sucção;
- mangueiras apropriadas;
- bombas de alta capacidade;
- equipamentos de proteção coletiva;
- equipamentos de proteção individual.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- É vedado o descarte dos resíduos em:
- rios;
- córregos;
- terrenos baldios;
- áreas rurais;
- galerias pluviais;
- redes de drenagem;

Ao término dos serviços deverá ser emitido comprovante de destinação final dos resíduos, quando solicitado pela fiscalização.

Caso sejam identificados danos estruturais na fossa séptica, a empresa deverá comunicar formalmente à Administração.

8.10 CRITÉRIOS AMBIENTAIS

8.10.1 Na execução dos serviços deverão ser observados os princípios da sustentabilidade ambiental, adotando-se práticas que reduzam os impactos ao meio ambiente.

A CONTRATADA deverá:

- utilizar produtos registrados na ANVISA;
- utilizar produtos com menor toxicidade possível;
- minimizar desperdícios;
- reduzir geração de resíduos;
- promover destinação ambientalmente adequada dos resíduos;
- utilizar equipamentos em boas condições de funcionamento;
- evitar contaminação do solo e dos recursos hídricos;
- atender integralmente à legislação ambiental.

Todos os resíduos provenientes da limpeza das fossas sépticas deverão ser transportados e destinados em unidade devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes.

As embalagens de produtos químicos deverão receber destinação ambientalmente adequada, sendo vedado seu descarte em lixo comum.

8.11 OS SERVIÇOS SERÃO RECEBIDOS

- Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho.
- Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão ter validade mínima de 80% (oitenta por cento) do prazo definido na contratação.
- Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 7 (sete) dias úteis contados a partir do recebimento provisório.
- O aceite/aprovação do(s) serviços pela Administração Municipal não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a Prefeitura Municipal de Chupinguaia as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

8.12 LOCAL DE EXECUÇÃO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



8.12.1 Os serviços serão executados nas unidades escolares pertencentes à Secretaria Municipal de Educação do Município de Chupinguaia/RO, compreendendo:

8.12.2. E.M.E.F. IRMÃS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS, RUA JULIO MONTALVAO, Nº.: 1386, CENTRO - CHUPINGUAIA/RO - CEP: 76990-000.

8.12.3. CENTRO MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA, RUA AV XV DE NOVEMBRO, Nº.: 2555, CENTRO CHUPINGUAIA - RO - CEP: 76990-000.

8.12.4. E.M.E.I.E.F. CLEBERSON DIAS MEIRELES GERMINI, RUA LNHA 105 KAPA 48 GLEBA CORUMBIARA, S/N, (DIST. NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA/RO) - CHUPINGUAIA - RO - CEP: 76990-000.

8.12.5. EMEIEF VALTER JOSE ZANELLA, RUA AVENIDA SAO CRISTOVAO, Nº.: 2525, CENTRO DEC. CRIAÇÃO 2923/86 (DIST. DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA/RO) - CHUPINGUAIA - RO - CEP: 76990-000

8.12.6. ESCOLA MUNICIPAL MULTISSERIADA ÁGUA VIVA, RUA ASSENTAMENTO ÁGUA VIVA (APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA/RO), S/N, Z. RURAL DEC. CRIAÇÃO: 3.925/12 - CHUPINGUAIA - RO - CEP: 76990-000.

8.12.7. ESCOLA MUNICIPAL MULTISSERIADA OLGA FELDMANN, RUA FAZENDA JULIANA (APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA/RO), S/N, Z RURAL DEC. CRIAÇÃO 052/97 - CHUPINGUAIA - RO - CEP: 76990-000.

8.12.8. ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCACAO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANA PAULA MARQUES, AV TANCREDO NEVES, S/N, CENTRO (DIST. BOA ESPERAÇA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA/RO) - CHUPINGUAIA - RO CEP: 76990-000.

A Secretaria Municipal de Educação poderá, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato, indicar outros imóveis sob sua responsabilidade para execução dos serviços, desde que observados os quantitativos registrados, os limites legais e o interesse da Administração Pública.

9. GARANTIA DOS SERVIÇOS

9.1 A CONTRATADA deverá garantir a qualidade e a eficácia dos serviços prestados durante o período mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data do recebimento definitivo, sem prejuízo das garantias legais aplicáveis.

Caso, durante o período de garantia, seja constatada a reincidência de infestação por pragas, roedores, insetos, pombos ou morcegos nas áreas tratadas, ou ainda qualquer falha decorrente da execução inadequada dos serviços, a CONTRATADA deverá realizar nova intervenção, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

- Falhas na execução;
- Ineficiência no controle de pragas;
- Reincidência de infestação no local tratado;

A garantia não se aplica quando a reincidência decorrer de fatores externos alheios aos serviços executados, devidamente comprovados pela CONTRATADA e aceitos pela fiscalização.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



9.2 A garantia abrange todos os serviços executados, incluindo:

- Dedetização, desinsetização e desratização;
- Controle de pombos e morcegos;
- Limpeza de reservatórios de água;
- Limpeza de fossas sépticas
- limpeza de forros;

9.3. Caso a Contratada não atenda às solicitações dentro do prazo estabelecido, a Administração poderá:

- aplicar as sanções administrativas cabíveis;
- executar os serviços por terceiros, com ônus à Contratada;

10. PRAZO DE ENTREGA

10.1 Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

10.1 Nos casos considerados emergenciais, devidamente justificados pela Administração, a CONTRATADA deverá iniciar os serviços no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da comunicação oficial.

O cronograma de execução será definido pela fiscalização contratual, considerando:

- a necessidade de cada unidade escolar;
- o calendário escolar;
- o grau de urgência da demanda;
- a disponibilidade dos ambientes.

11. CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1 Os serviços deverão ser executados integralmente nas unidades indicadas pela CONTRATANTE, observando todas as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência.

Após a conclusão dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar:

- Relatório Técnico de Execução;
- Certificado de Execução dos Serviços;
- Relação dos produtos utilizados;
- FISPQ (quando solicitado);
- Comprovante de destinação final dos resíduos provenientes da limpeza de fossas sépticas;
- Anotação ou identificação do Responsável Técnico.
- Os serviços somente serão considerados entregues após:
- inspeção realizada pelo Fiscal do Contrato;
- conferência dos quantitativos;
- verificação da qualidade dos serviços;
- emissão do ateste de recebimento.

Caso sejam verificadas inconformidades, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização, sem qualquer custo adicional para a Administração.

12. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



12.1 O contratado deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. A empresa deverá comprovar sua qualificação técnica mediante:

- a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da presente contratação;
- b) Comprovação de que possui em seu quadro técnico ou como responsável técnico profissional qualificado para execução dos serviços, quando aplicável;
- c) Comprovação de regularidade junto aos órgãos competentes, especialmente licença sanitária e/ou ambiental, quando exigido pela legislação vigente;

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 São obrigações da CONTRATADA:

- A. executar os serviços conforme as especificações deste Termo de Referência;
- B. fornecer toda a mão de obra especializada necessária;
- C. disponibilizar equipamentos, ferramentas e veículos adequados;
- D. fornecer todos os produtos químicos necessários, devidamente registrados na ANVISA;
- E. utilizar exclusivamente profissionais treinados e capacitados;
- F. fornecer gratuitamente todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- G. cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho;
- H. reparar imediatamente qualquer dano causado ao patrimônio público;
- I. responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- J. manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação;
- K. comunicar imediatamente qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços;
- L. emitir certificados e relatórios técnicos após cada atendimento;
- M. garantir a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados;
- N. manter absoluto sigilo sobre informações obtidas durante a execução contratual;
- O. atender prontamente às determinações da fiscalização.

14. CRITÉRIOS AMBIENTAIS

14.1 A Contratada deverá observar, durante toda a execução dos serviços, as normas ambientais vigentes, adotando práticas que minimizem impactos ao meio ambiente, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

14.2. Constituem obrigações ambientais da Contratada:

- a) Garantir a coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados, especialmente aqueles provenientes da limpeza de fossas sépticas, resíduos químicos e materiais resultantes dos serviços de dedetização;
- b) Realizar o descarte dos resíduos exclusivamente em locais devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, sendo vedado o despejo em locais irregulares;
- c) Apresentar, sempre que solicitado pela Contratante, comprovação da destinação final dos resíduos, por meio de documentos como manifestos de transporte, certificados de destinação final ou equivalentes;
- d) Cumprir integralmente as normas e diretrizes estabelecidas pelos órgãos ambientais, incluindo o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), bem como legislações estaduais e municipais aplicáveis;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- e) Possuir e manter válidos, durante toda a execução contratual, os licenciamentos ambientais e autorizações exigíveis, quando aplicável à atividade desenvolvida;
- f) Adotar o uso de produtos e técnicas que reduzam riscos ambientais, priorizando substâncias menos agressivas ao meio ambiente e à saúde humana, devidamente regularizadas nos órgãos competentes;
- g) Responsabilizar-se por quaisquer danos ambientais decorrentes da execução dos serviços, promovendo, às suas expensas, a devida reparação;

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 Compete à CONTRATANTE:

- a) emitir as Ordens de Serviço;
- b) disponibilizar acesso às unidades escolares;
- c) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;
- d) designar Fiscal e Gestor do Contrato;
- e) comunicar à CONTRATADA eventuais irregularidades;
- f) rejeitar serviços executados em desacordo com este Termo de Referência;
- g) efetuar os pagamentos conforme as condições estabelecidas;
- h) prestar as informações necessárias à execução contratual;
- i) aplicar as penalidades cabíveis, quando constatado descumprimento contratual.

16. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência estabelecida no respectivo instrumento contratual, observada a disponibilidade orçamentária e o prazo necessário à execução dos serviços.

16.3 O prazo para execução dos serviços será aquele definido em cada Ordem de Serviço emitida pela Administração.

16.4 Caso seja celebrado contrato de natureza contínua, sua vigência poderá ser prorrogada, observado o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem para a Administração.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, no prazo de até 30 (trinta) dias, **mediante depósito em conta corrente indicada pela Contratada**, contados da data do recebimento definitivo dos serviços e do ateste dos seguintes documentos:

- Nota Fiscal/Fatura devidamente emitida;
- Relatório Técnico dos serviços executados;
- Certificado de Execução dos Serviços;
- Ateste do Fiscal do Contrato;
- Comprovação da compatibilidade entre os quantitativos executados e os constantes na Ordem de Serviço;
- Certidões de regularidade fiscal e trabalhista válidas, quando exigidas pela legislação.
- É vedado o pagamento por estimativa ou por serviços não executados.

Caso sejam constatadas inconsistências na documentação apresentada, a CONTRATADA será notificada para regularização, interrompendo-se a contagem do prazo para pagamento até a completa correção das pendências.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Ocorrendo atraso no pagamento por responsabilidade exclusiva da Administração, os valores poderão ser atualizados na forma da legislação vigente.

18. PROCEDIMENTO DE FISCALIZAÇÃO

18.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) formalmente designado(s) pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos dos artigos 117 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

Compete ao Fiscal do Contrato:

- Acompanhar a execução dos serviços;
- Verificar o cumprimento das especificações técnicas;
- Conferir os quantitativos executados;
- Solicitar correções quando constatadas irregularidades;
- Registrar todas as ocorrências em relatório próprio;
- Atestar as Notas Fiscais para fins de pagamento;
- Comunicar à autoridade competente qualquer descumprimento contratual.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução dos serviços, respondendo esta por quaisquer danos decorrentes de falhas na execução contratual. Sempre que necessário, poderão ser realizadas inspeções técnicas durante e após a execução dos serviços.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS - (Arts. 155º ao 163º da lei 14.133/2021):

19.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155º da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- I** - Dar causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- II** - Dar causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato ou seu equivalente;
- IX** - Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; **XI**) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

19.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156º Lei nº 14.133/2021):

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Multa:



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



1. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (quinze por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garanta.

2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 15 % (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d e i do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d e i, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garanta prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



19.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.12 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.14 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a rescisão contratual.

19.15 A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

20. GARANTIA CONTRATUAL

20.1 Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

21. DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

21.1 Fica eleito o foro da Comarca de Vilhena/RO para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da futura contratação.

22. DAS INFORMAÇÕES

22.1 Toda e qualquer informação pertinente a este **sistema registro de preços (SRP)** poderá ser esclarecido através do seguinte endereço: Prefeitura de Chupinguaia, Sala da **CPLMO COMISSÃO PERMANENTE**, do Município de Chupinguaia, localizada a Avenida Valter Luiz Filus, Fone: (069)3346-1460, ou por e-mail através de cplmochupinguaia@hotmail.com.

23. APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



23.1 O presente Termo de Referência foi elaborado por PAULO HENRIQUE RESCAROLLI, cargo de Diretor de Divisão matrícula 405889, e aprovado pela Secretária Municipal de Educação Sra: MARIA CÂNDIDA GURGEL, Decreto 06/01/2025 ([ID 624301](#)).

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Diante do exposto, conclui-se que a contratação é necessária e viável, sendo fundamental para garantir condições adequadas de funcionamento das unidades escolares do município de Chupinguaia, atendendo ao interesse público e às normas sanitárias. Fica estabelecido que:

- Os quantitativos são estimativos;
- A Administração não está obrigada a contratar a totalidade dos itens registrados;
- A execução ocorrerá conforme necessidade, mediante ordem de serviço;
- O contrato seguirá o regime de execução por demanda.

24.2 Qualquer alteração do presente Termo de Referência, que se fizer necessário quanto à execução dos preços, prazos e etc., deverão estar previamente estabelecidos na Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021 e autorizado pelo Prefeito Municipal.

Apêndice do Anexo I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(ID-880753)



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO II

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2026.

PROCESSO Nº. 1466/2026.

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, desinsetização, desratização, descupinização, controle e desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de forros, limpeza de fossas sépticas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, assim como segue:

Valor Total R\$: 172.412,80 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e doze reais e oitenta centavos)

Item	Descrição do Produto	Qte	Unid.	Marca	Valor Unit.	Valor Total
1	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.F. IRMAS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS.	1623,16	M²		2,20	3.570,952
2	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.F. IRMAS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS,	1623,16	M²		3,50	5.681,06
3	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.F. IRMAS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS. CAMINHAO COM CAPACIDADE 10.000 LT.	16	SERV		800,00	12.800,00
4	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (1.000 LT), (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS), DA ESCOLA E.M.E.F. IRMAS JULIANA E ALINI DOS SANTOS MARCOS.	15	SERV		400,00	6.000,00
5	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZAÇÃO, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS.	1623,16	M²		2,20	3.570,952
6	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA CMEI -JOVELINA BATISTA DE	1952,28	M²		2,20	4.295,016



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



	OLIVEIRA.					
7	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). CMEI - JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.	16	SERV		400,00	6.400,00
8	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA. CAMINHAO COM CAPACIDADE DE 10.000 LT.	8	SERV		800,00	6.400,00
9	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.	1952,28	M²		2,20	4.295,016
10	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1853,4	M²		2,80	5.189,52
11	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	18	SERV		600,00	10.800,00
12	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1853,4	M²		2,80	5.189,52
13	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA	8	SERV		1.000,00	8.000,00



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



	E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)					
14	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. ESCOLA E.M.E.I.E.F ANA PAULA MARQUES. (DISTRITO DO BOA ESPERANCA APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	1853,4	M²		2,50	4.633,50
15	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - DIT. GUAPORE. (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2230,4	M2		2,80	6.245,12
16	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - DIT. GUAPORE. (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	14	SERV		600,00	8.400,00
17	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - DIT. GUAPORE. (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2230,4	M²		2,80	6.245,12
18	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - DIT. GUAPORE. (DISTRITO DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	8	SERV		1.000,00	8.000,00
19	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. ESCOLA E.M.E.I.E.F VALTER JOSE ZANELLA - DIT. GUAPORE. (DISTRITO	2230,4	M²		2,50	5.576,00



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



	DO GUAPORE APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)					
20	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	422,04	M²		2,80	1.181,712
21	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	4	SERV		600,00	2.400,00
22	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	422,04	M²		2,50	1.055,10
23	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.M AGUA VIVA - ASSENTAMENTO AGUA VIVA (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2	SERV		900,00	1.800,00
24	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. (ASSENTAMENTO APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	422,04	M²		2,50	1.055,10
25	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	345	M²		2,80	966,00
26	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA	2	SERV		600,00	1.200,00



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



	(INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS) E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)					
27	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	345	M²		2,80	966,00
28	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.M OLGA FELDMANN - FAZ JULIANA. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2	SERV		900,00	1.800,00
29	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. (FAZENDA JULIANA APROXIMADAMENTE 30 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	345	M2		2,50	862,50
30	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - DIST NOVO PLANO. (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2116	M²		2,80	5.924,80
31	LIMPEZA DE CAIXA D'AGUA (INCLUINDO O FORNECIMENTO DE TODOS OS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS NECESSARIOS PARA A EXECUCAO DOS SERVICOS). E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - DIST NOVO PLANO. (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	14	SERV		600,00	8.400,00
32	SERVICO DE LIMPEZA DE FOSSA SEPTICA/ NEGRA, ATRAVES DE	8	SERV		1.000,00	8.000,00



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



	BOMBEAMENTO POR CAMINHAO AUTO-FOSSA COM CAPACIDADE PARA 10.000 LITROS, INCLUINDO RETIRADA, DESLOCAMENTO E DESTINACAO DO MATERIAL, ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - DIST NOVO PLANO. (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)					
33	CONTROLE DE PRAGAS URBANAS (DEDETIZACAO, DESINSETIZACAO, DESRATIZACAO, DESCUPINIZACAO), AREAS INTERNAS E EXTERNAS. ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - DIST NOVO PLANO.	2116	M²		2,50	5.290,00
34	SERVICO DE CONTROLE E RETIRADA DE MORCEGOS E POMBOS DA ESCOLA E.M.E.I.E.F CLEBERSON D GERMINI - DIST NOVO PLANO. (DISTRITO DO NOVO PLANO APROXIMADAMENTE 50 KM DE CHUPINGUAIA-RO)	2116	M2		2,80	5.924,80
35	SERVICO DE ASPIRACAO E LIMPEZA DE FORRO EM MADEIRA OU PVC, DA ESCOLA CMEI -JOVELINA BATISTA DE OLIVEIRA.	1952,28	M²		2,20	4.295,016

Prazo de validade da proposta (60) sessenta dias.

Declaramos, ainda, que estamos enquadrados no Regime de Tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme estabelece o Art. 3º da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006.

[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP)].

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO III

CARTA PROPOSTA PARA FORNECIMENTO

À Prefeitura de Chupinguaia – RO:
Prezados Senhores,

Ref.: **PREGÃO ELETRÔNICO nº 96/2026**– Setor de Licitações - Carta-Proposta de Fornecimento.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do item abaixo discriminado, conforme Anexo 01, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, desinsetização, desratização, descupinização, controle e desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de forros, limpeza de fossas sépticas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, de acordo com todas as especificações técnicas descrita no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e Edital **com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/21**.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
REPRESENTANTE E CARGO:
CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
ENDEREÇO e TELEFONE:
E-MAIL:
AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

2. CONDIÇÕES GERAIS

2.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total, de acordo com o **Anexo 01** do Edital.
A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

2.2 O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO IV

(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (MODELO)

É OBRIGATÓRIO o envio deste ANEXO IV junto aos documentos de habilitação, pois o mesmo é utilizado para elaboração do contrato da empresa vencedora.

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 96/2026.

A apresenta, a seguir, os dados da empresa (Nome completo da empresa) seu (s) representante (s) legal (is) para assinatura do eventual contrato:

NOME(S):

CARGO(S):

NACIONALIDADE(S):

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

RG:

CIC:

RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:

RAZÃO SOCIAL:

C.G.C. Nº.:

FONE:

FAX:

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua/Av.:

N.º:

E-mail:

Município:

Estado:

CEP.:

Conta Corrente:

Cód. Agência:

Banco:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Cidade de Origem, ____ de _____ de 2026.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;

Obs. 2: Apresentar este documento em papel timbrado da Empresa Licitante;

Obs. 3: A ausência deste documento não implica em desclassificação.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 96/2026.

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CGC nº _____, sediada na _____ (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Assinatura do Representante Legal da Licitante

Número da RG do Representante Legal da Licitante

- Obs. 1:** Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;
Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



(apresentar em papel timbrado da empresa licitante).

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO ÀS NORMAS RELATIVAS AO TRABALHO DO MENOR

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 96/2026.

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/21, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: Se a licitante possuir menores de 16 anos aprendizes deverá declarar essa condição. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante ou que tenha o carimbo do CNPJ.

.....
(data)

.....
(representante legal)

- Obs. 1: **Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;**
Obs. 2: **Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”**



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO

REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 96/2026.

Eu, _____, portador (a)
do RG nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____,
representante da
empresa: _____, CNPJ sob o
nº. _____, Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários junto
às autoridades e órgãos competentes que não possuo vínculo empregatício, e nem tenho sócios,
sócio-administrador, cotistas, acionista ou comanditário no quadro desta empresa que tenham
vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Cidade de Origem, ____ de _____ de 2026.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)

Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;

Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMISSO – ART. 59-A DO ECA

Declaramos, para os devidos fins, que esta empresa tem pleno conhecimento das disposições contidas no art. 59-A da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, comprometendo-se a exigir, manter e atualizar, a cada 6 (seis) meses, as certidões de antecedentes criminais de todos os colaboradores vinculados à execução contratual, sempre que houver atuação com crianças e adolescentes.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Cidade de Origem, __ de _____ de 2026.

.....

(Assinatura do representante legal e carimbo)

Obs. 1: Apresentar os dados evitando-se abreviaturas ou iniciais;

Obs. 2: Esta declaração terá que ser apresentada junto com a “Documentação de Habilitação”



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ANEXO IX

MINUTA CONTRATO _____/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1466/2026.

MINUTA DO CONTRATO

EMENTA: CONTRATO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS URBANAS, DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO, DESCUPINIZAÇÃO, CONTROLE E DESALOJAMENTO DE POMBOS E MORCEGOS, LIMPEZA DE FORROS, LIMPEZA DE FOSSAS SÉPTICAS E LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, ATENDENDO A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE CHUPINGUAIA E A EMPRESA _____.

O MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA – ESTADO DE RONDÔNIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 01.587.887/0001-29, com sede Administrativa na Avenida 27, nº 1133, Centro, nesta cidade, daqui por diante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr. **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, portador do CPF nº. 023.56.642-08, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede a _____, em _____, Estado de _____, doravante denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato pelo Srº(a). _____, portador do CPF nº _____, resolvem celebrar o presente instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 55, inciso I).

O presente contrato tem por objeto a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, desinsetização, desratização, descupinização, controle e desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de forros, limpeza de fossas sépticas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92).

O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado na Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, pelo Decreto Municipal nº 2701 de 04 de janeiro de 2024, e Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



§ 1º - Os casos omissos, que por ventura, vierem a existir serão comunicados ao Excelentíssimo Sr. Prefeito, que o encaminhará à Assessoria Jurídica do Município para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da legislação vigente e que não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO (art. 18):

1.1 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Conforme o descrito nos itens 08, 09, 10 e 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO (art. 92, inciso V).

A Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ _____(_____), para a prestação dos serviços previstos na cláusula primeira. Sendo da seguinte forma:

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.
- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.
- c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.
- e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.
- f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.
- h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:
 - I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
 - II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

DO REAJUSTE:

§ 1º. Os preços contratados permanecerão fixos e irreajustáveis durante o período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



§ 2º. Decorrido o interregno mínimo de 12 (doze) meses, caso haja prorrogação da vigência contratual e mediante requerimento da CONTRATADA, os preços poderão ser reajustados pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da legislação vigente.

§ 3º. O reajuste produzirá efeitos financeiros a partir da data em que se completar o período de 12 (doze) meses contado da data do orçamento estimado da contratação, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o índice previsto neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA (art. 84).

O prazo de vigência do contrato será realizado de acordo com as necessidades da demandante.

No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos, até o limite do quantitativo original, ainda deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo, conforme enunciado CJF 42/2023.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

A presente despesa correrá por conta das seguintes dotações:

a) O valor orçado para a contratação visada no presente Termo de Referência constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela SEMED, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.

b) A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados as Secretarias Municipais Participante e não participantes, pela Lei Orçamentária Anual do Município de Chupinguaia, o que englobará Recursos Livres, e Recursos Vinculados tanto Estaduais quanto Federais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 89, §2º).

A Contratante se obriga a:

Conforme o estabelecido no Item 15 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR E GARANTIA.

Conforme o estabelecido no Item 13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.1 - DA GARANTIA DOS PRODUTOS

Conforme o estabelecido no Item 09 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES E MULTAS e EQUILIBRIO FINANCEIRO (Art. 155 e 156).



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- a) À CONTRATADA que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados, aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescrita pela Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas cogentes).
- I. Advertência;
 - II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:
- b) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- c) Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- d) No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;
- e) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho.
- f) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- g) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.
- h) Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:
- i) Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
 - j) Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
 - k) Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pela Contratante, durante a vigência do registro.
 - l) Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 156, da Lei nº 14.133/21, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas.
 - m) Impedimento de Licitar e Contratar, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas;
 - n) Declaração de Inidoneidade Para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 156, IV, da Lei nº 14.133/21.
 - o) A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.
 - p) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte da CONTRATADA, na forma da lei.
 - q) Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.
 - r) Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no art. 105 da Lei nº 14.133/21, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- s) As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos a CONTRATADA.
 - t) Nos termos da lei 14.133/21, será admitida a retenção cautelar de valor devido a título de multa por atrasos injustificados na execução contratual, até o exaurimento do processo administrativo. As multas devidas serão descontadas do valor das faturas para pagamento, ou quando não existir crédito da empresa CONTRATADA perante o CONTRATANTE, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da intimação.
 - u) Os procedimentos a serem adotados no âmbito da PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços observarão o disposto na lei de licitações.

1.1 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art's. 155 e 156)

01 – Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

02 – Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. Multa:

1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) dias;



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



2. moratória de 1,0% (Zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

I. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

03 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

04 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

05 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

06 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

07 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

08 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

09 – Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10 – Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11 – A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12 – O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

14 – Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- a) De acordo com o artigo 65, inciso II, alínea d esclarecemos que para restabelecer a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- b) Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;
- c) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado;
- d) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura de Chupinguaia convocará a empresa beneficiária da presente Ata visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- e) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- f) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura de Chupinguaia a liberará do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL (art. 82).

1.1 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- b) O fornecimento dos produtos será supervisionado, fiscalizado e atestado pelo **Secretário Municipal de cada órgão participante** e Fiscais do contrato designados para tal finalidade,



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato celebrado, anotando, inclusive em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 82 da Lei 14.133/21.

1.2 DA GARANTIA CONTRATUAL

- a) A Licitante vencedora do certame poderá, a critério da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, prestar garantia relativa ao percentual de 5% (cinco por cento) do seu valor total no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Art. 98, da Lei 14.133/21, em uma das modalidades definidas no caput.
- b) A Contratada deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- c) A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, a Contratada deverá apresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;
- d) Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;
- e) A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 15 deste Termo de Referência;
- f) A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO (art. 124).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 124, da Lei 14.133/21, devidamente comprovado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO (arts. 137 a 139).

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, de acordo com o previsto nos Artigos 137 a 139 da Lei Federal 14.133/21.

01. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

02. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

03. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

02. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

- a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

05. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

06. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

07. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

08. Indenizações e multas.

09. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO LIVRE ACESSO

Em atendimento a portaria interministerial 424/2016,

“Art. 43. Os contratos celebrados à conta dos recursos dos instrumentos deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo”.

§ 1º - O contratado concede livre acesso aos servidores do (controle externo e interno), documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO (art. 117).

Na forma do que dispõe o artigo 117 da Lei 14.133/21 e alterações, cabe ao Município, a seu critério, através da, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de prestação dos serviços ora licitados, sem prejuízo da obrigação deste de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 1º - A Contratada declara aceitar integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo município.

§ 2º - A existência e a atuação da fiscalização do Município, em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à prestação dos serviços ora licitados, e às suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO (art. 89).

Fica este Contrato vinculado ao Edital do Pregão Eletrônico nº 96/2026, e a proposta de preços constante no Processos nº 1466/2026, e as disposições da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO (art. 92).

As partes contratantes elegem o Foro do Município de Vilhena, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Chupinguaia/RO _____ de _____ de 2026.

Pela Contratante:

Pela Contratada:

Prefeito Municipal

Nome do Responsável
Função

Nome do Responsável
Secretário Municipal

TESTEMUNHAS:

Visto:

Procurador Geral.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 41-2026.

PROCESSO Nº 1466/2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/SRP/2026.

No dia _____ de _____ de _____, no Município de Chupinguaia/RO, inscrito(a) no CNPJ 01.587.887/0001-29, com sede à Avenida vinte e sete, nº 1133 – CEP: 76.990-000, Chupinguaia-RO neste ato legalmente representado por **WESLEY WANDERLEY DA COSTA GONÇALVES**, portador do CPF nº **023.856.642-08**, RESOLVE, registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

EMPRESA DETENTORA DO CERTAME

Empresa: _____
Inscrita no CNPJ: _____
Representante: _____
Qualificação: _____
Telefone: (____) _____
E-mail: _____
Endereço: _____
CEP: _____

Item:	Quantidade:	Unidade:	Marca:	Modelo:	Preço Unitário:	Valor Total:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, desinsetização, desratização, descupinização, controle e desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de forros, limpeza de fossas sépticas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, de acordo com todas as especificações técnicas descrita neste Edital **com fundamentação legal na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal, nº 2736 de 16 de janeiro de 2024.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- Os registros de preços no âmbito do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia encontram-se regulamentados pelo Decreto Municipal nº 2736/2024.
- O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, fixado no art. 84, da Lei nº 14.133/21.
- Será permitido o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços em favor do órgão ou entidade beneficiário originalmente, porém limitado a 25%, calculados sobre o valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125, da Lei nº 14.133/21, desde que obedecida as previsões legais do **DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023 e suas alterações.**



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- d) As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e aos órgãos participantes.
- e) As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador ou órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que vierem a aderir à ata.

01.1 - DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES (IN 6, DE 25 DE JULHO DE 2014 E ART. 27 DEC. 11.462/23).

a) Nas Atas de Registro de Preços, as quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes e não participantes do procedimento licitatório para registro de preços, em conformidade com a IN. 06/2014 e disposto no Art. 27 Decreto nº 11.462/2023, desde que obedecidas a prerrogativas legais dos Referidos Instrumentos Legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS

1. A quantidade estimada para contratação deverá ser considerada em termos aproximados, observando a determinação contida no art. 86, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/21, apenas quanto aos acréscimos.
2. A existência de preços registrados não obriga o Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia a firmar as contratações que deles poderão advir sendo-lhe facultada a realização de licitações específicas para aquisição do objeto, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços formalizado na presente ata terá a validade de 12 (doze) meses, contado da data da publicação na Imprensa Oficial do Município, conforme previsto no caput, do art. 84 da Lei Federal 14.133/21.
2. Durante o prazo de validade do registro, a Administração não será obrigada a adquirir exclusivamente por seu intermédio, os objetos referidos na Cláusula II, podendo se utilizar, para tanto, de outros meios de aquisição, desde que permitidos em lei, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora, conforme previsto no art. 83 da Lei Federal 14.133/21.
3. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços, poderá haver a renovação dos quantitativos, até o limite do quantitativo original, ainda deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo, conforme enunciado CJF 42/2023 e no disposto no Art. 182. do Decreto Municipal 2736/2024.

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Caberão ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, nos termos do Decreto Municipal nº 22/2025 e o Decreto 23/2025, a administração e o gerenciamento da presente ata, que disciplina o Sistema de Registro de Preços.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



CLÁUSULA SEXTA – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. É vedada a utilização desta Ata pelos demais órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, salvo após autorização expressa da Administração.
2. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Município de Chupinguaia, Estado de Rondônia consolidadas nos autos.
3. Os pedidos de adesão deverão observar o atendimento prévio ao regulamento acima mencionado, e encaminhado à Comissão de Implantação do sistema de Registro de Preço.

CLÁUSULA SETIMA – DO PREÇO E RESERVA ORÇAMENTARIA

1. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é aquele registrado no certame e estabelecido na Cláusula III deste instrumento, e não poderá ultrapassar o valor total Adjudicado.
2. Em cada fornecimento decorrente desta Ata será observada a compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, conforme especificações técnicas e condições constantes do Edital Pregão, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

3. A PARTICIPANTE PODERÁ AINDA UTILIZAR ORÇAMENTO MESMO QUE NÃO ESTEJAM PREVISTO NESTE.

4. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92)

5. O valor orçado para a contratação visada no presente Termo de Referência constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pelas demandantes, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta a contratos e atas de registro de preços firmados por órgãos públicos, disponibilizados em suas páginas na internet ou em bancos de preços.
6. A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados as Secretarias Municipais/orgãos Participante e não Participantes, pela Lei Orçamentária Anual do Município de Chupinguaia, o que englobará Recursos Livres, e Recursos Vinculados tanto Estaduais quanto Federais, onde a demandante deverá demonstra para pedido e emissão de empenho e confecção de contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 55, inciso VII e XIII E ART 56).

1.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E GARANTIA

Conforme o estabelecido no Item 13 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2 DA GARANTIA DOS PRODUTOS

Conforme o estabelecido no Item 09 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Conforme o estabelecido no Item 15 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA, RECEBIMENTO E FORNECIMENTO



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Conforme o descrito nos itens 08, 09, 10 e 11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital

CLÁUSULA DECIMA – DO PAGAMENTO

- a) O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.
- b) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal.
- c) Deve acompanhar a fatura toda documentação necessária à comprovação de que o contratado mantém-se regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- d) O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Chupinguaia.
- e) Saneadas a irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.
- f) Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- g) A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do Contratante, aos cuidados do responsável pela Secretaria contratante.
- h) O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:
 - I – Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
 - II – Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

1. O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções a CONTRATADA, nos termos dos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

1.1 As sanções de que trata o “caput” desta cláusula, poderão ser das seguintes naturezas:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Rescisão do Contrato;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Chupinguaia, por um prazo não superior a dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração os prejuízos causados, após, decorrido o prazo da sanção aplicada.
- f) Multa de mora de 0,05% sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega do objeto, salvo comprovadamente justificado pela contratada e aceito pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal.



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



Ultrapassado esse prazo, a contratada ficará sujeita, ainda, à multa correspondente a 2% do valor do contrato.

2. O valor da multa aplicada por ocasião do descumprimento do presente contrato será descontado do pagamento e quando for o caso; cobrada judicialmente.

3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, poderão ser aplicadas cumulativamente com a alínea “f”, facultado a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

4. Ficam asseguradas as condições também estabelecidas no termo de referência mesmo não estando elencadas neste.

1. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS FISCALIZAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL (Lei Federal nº 14.133/21, arts. 156 e 157 e in 05/2017)

- a) Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA que deixar de cumprir com o previsto no Instrumento Contratual, ressalvado a hipótese de forma maior e caso fortuito, sofrerá as seguintes sanções:
- b) Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155, I, II e III, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor do instrumento contratual.
- c) Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 2% (dois por cento) sobre o valor adjudicado.
- d) A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado e Prefeitura Municipal de Chupinguaia, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.
- e) A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber da CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, será deduzido da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.
- f) As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- g) De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.
- h) A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

- i) São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133: a) Inexecução total ou parcial do contrato; b) Apresentação de documentação falsa; c) Comportamento inidôneo; d) Fraude fiscal; e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.
- j) As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.
- k) À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as penalidades prescritas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas cogentes conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie.
- l) A aplicação de quaisquer das penalidades previstas não impede a Rescisão Contratual.
- m) A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

1.1 DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;
- b) O fornecimento dos produtos será supervisionado, fiscalizado e atestado pelo **Secretário Municipal de cada órgão participante** e Fiscais do contrato designados para tal finalidade, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes do contrato celebrado, anotando, inclusive em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o artigo 117 da Lei 14.133/21.
- c) A fiscalização da contratação será exercida pelo Secretário Municipal responsável pela pasta das participantes, ou por outro representante designado pela Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.
- d) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

1.2 DA GARANTIA CONTRATUAL

- a) A Licitante vencedora do certame poderá, a critério da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**, prestar garantia relativa ao percentual de 5% (cinco por cento) do seu valor total no ato de assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Art. 98, da Lei 14.133/21, em uma das modalidades definidas no §1º.
- b) A Contratada deverá apresentar a Garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.
- c) A garantia oferecida deverá permanecer íntegra ao longo de toda execução do contrato. Caso seja utilizada para caucionar os interesses da **Prefeitura Municipal de Chupinguaia**,



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- a Contratada deverá apresentá-la em 48h (quarenta e oito) horas, nos exatos termos inicialmente pactuados;
- d) Fica vedado à Contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual;
 - e) A validade da garantia deverá ultrapassar em 90 (noventa) dias a vigência do contrato de que trata o item 15 deste Termo de Referência;
 - f) A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

1. Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

1.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 124 da Lei Federal 14.133/21 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006.

2 DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECÔNOMICO-FINANCEIRO

- a) De acordo com o artigo 65, inciso II, alínea d esclarecemos que poderá ser revisto a relação que as parte pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto contratado, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
- b) Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 12 (doze) meses, salvo quando houver disciplinamento diverso oriundo da legislação vigente;
- c) O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado;
- d) Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura de Chupinguaia convocará a empresa beneficiária da presente Ata visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- e) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- f) Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura de Chupinguaia a liberará do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.
- g) Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irreajustáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.
- h) Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos previstos no art. 124 da Lei Federal 14.133/21 e art. 11 da Resolução Administrativa 31/TCERO-2006 e em consonância com o Decreto Federal de n. [11.462/2023](#).

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

1.1. pela Administração, quando:



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



- 1.1.1. O licitante vencedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- 1.1.2. O licitante vencedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente da presente Ata de Registro de Preços;
- 1.1.3. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, sendo frustrada a negociação para redução dos preços avençados;
- 1.1.4. Por razões de interesse públicas, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;
- 1.2. Pelo licitante vencedor quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- 1.2.1. A solicitação para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades mencionadas nesta ata, caso não aceitas as razões do pedido.
2. A comunicação do cancelamento do preço registrado pela Administração será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que originaram esta Ata.
- 2.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do licitante vencedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios de Rondônia, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS

A contratação do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas pela Comissão de Implantação do Sistema do Registro de Preço.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integra esta Ata o edital de **Pregão Eletrônico nº. 96/2026**, a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº 1466/2026**.
2. A eficácia da validade da presente Ata de Registro de Preços dar-se-á pela HOMOLOGAÇÃO do resultado da licitação que a originou, Pregão Eletrônico nº. 96/2026, pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito de Chupinguaia, Estado de Rondônia.
3. E, por estarem de acordo lavram o presente instrumento, que lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Chupinguaia – RO, _____ de _____ de 2026.

WESLEY WANDERLEY DA COSTA
GONÇALVES

Prefeito de Chupinguaia
Gestão 2025 a 2028.

EMPRESA VENCEDORA
CNPJ:



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA
Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2026/SRP.
MODO DE DISPUTA ABERTO
EXCLUSIVO MEI, ME e EPP

A Prefeitura de Chupinguaia – RO, através do Pregoeiro, devidamente autorizado pelo Decreto Municipal nº 23 de 06 de janeiro de 2025, torna público que realizará Licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **Menor Preço Por Item**. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e Decretos regulamentares, que tem como objeto a Formação do **Registro de Preços**, pelo prazo de 12 (doze) meses, para a futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle integrado de pragas urbanas, desinsetização, desratização, descupinização, controle e desalojamento de pombos e morcegos, limpeza de forros, limpeza de fossas sépticas e limpeza e desinfecção de reservatórios de água, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação – SEMED. Processo Administrativo nº **1466/2026**. Valor total de R\$: 172.412,80 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e doze reais e oitenta centavos). Data para recebimento de proposta às **08:00** horas do dia **30 de julho de 2026**; data de início da sessão pública: às **09:00** horas do dia **17 de agosto de 2026**; horário de Brasília – DF, local www.licitanet.com.br “acesso identificado no link - licitações”. Informações Complementares: O Edital encontrar-se-á a disposição dos interessados no site supracitado e também no Portal da Transparência www.chupinguaia.ro.gov.br, maiores informações através do telefone (69) 3346-1460.

Publique-se!

CHUPINGUAIA, 30 de julho de 2026

SINDOVAL GONÇALVES
Pregoeiro



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA

Av. Valter Luiz Filus, 1133, Centro, Chupinguaia-RO
CNPJ: 01.587.887/0001-29



À
PROCURADORIA

Senhor (a) Procurador (a)

Solicito a Vossa Senhoria, proceder com análise prévia dos atos praticados no Edital do Pregão na sua forma Eletrônica n.º 96/2026, e seus anexos, juntamente com a Minuta do Contrato.

Após análise e parecer, solicito a devolução deste para darmos prosseguimento aos trâmites licitatórios.

Em, 30 de julho de 2026

SINDOVAL GONÇALVES
Pregoeiro